

**XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH/2003**

**SIMPÓSIO TEMÁTICO N° 29: "Gênero, poder e representações sociais"**

**TEXTO INTEGRAL**

**AUTORA:** Susane Rodrigues de Oliveira

**FILIAÇÃO INSTITUCIONAL:** Universidade de Brasília - Programa de Pós-Graduação em História (doutoranda)

**As sacerdotisas do Sol: imagens sagradas e profanas do feminino nas crônicas espanholas do século XVI**

*Susane Rodrigues De Oliveira\**

**1.1 AS VÁRIAS CATEGORIAS DE “MULHERES ESCOLHIDAS”**

Os cronistas espanhóis estavam entre os primeiros autores a relatar tudo o que viam e ouviam dizer sobre os incas e seu império denominado Tawantinsuyo<sup>1</sup>, a partir de 1532. Dentre a multiplicidade de tópicos, os mais recorrentes, nas crônicas escritas por laicos ou religiosos, foram os relativos à religiosidade inca. Os ritos, costumes e crenças que não coincidiam com os do padrão religioso cristão e católico, precisavam ser esquadrihados para serem melhor controlados, re-ordenados e mesmo eliminados, tendo em vista os interesses espanhóis de catequização e colonização do Peru.

Nessa tarefa de descrição do mundo religioso incaico, os cronistas espanhóis detiveram-se também na descrição de um grupo de mulheres chamadas *acllas* – “mulheres escolhidas” – como “esposas” e “sacerdotisas do Sol”. Segundo o relato dos primeiros cronistas, só em Cuzco existiam de três a quatro mil dessas sacerdotisas, que eram recrutadas entre as donzelas mais belas e nobres do Império, excetuando-se as filhas e as irmãs dos Incas. Tal escolha era efetuada por funcionários masculinos especiais que, por mandato do Inca, percorriam todas as comunidades escolhendo mulheres para viver em dois tipos de recolhimentos femininos – uns dedicados ao Inca<sup>2</sup> e outros ao Sol, os denominados *acllaguaci* – “casa das escolhidas”<sup>3</sup>. As “escolhidas” como *acllas* eram nomeadas esposas do Sol e do Inca, sendo investidas de qualidades sagradas, exercendo, em razão disso, papel importantíssimo nas cerimoniais e rituais realizados sob a égide do Império<sup>4</sup>. O cronista mercedário Martín de Murúa, dedicou-lhes algumas páginas de sua crônica, informando que, no Reino do Peru,

el primero Rey de los Ingas, llamado Pachacuti Inga, ordenó que entre los otros sacerdotes, hubiese mujeres doncellas, hijas de grandes señores, de las cuales unas servían de mujeres del sol, otras de criadas y sirvientes suyas, otras criadas de sus mujeres, otras para criadas de sus criadas. Servían estas mujeres de hacer ropas al sol muy delicadas con muchas labores y de diversos colores, de manera que eran ricas y hermosas a la vista de los ojos de todos los que las veían; hacían también los más delicados vinos que en aquellas tierras usaban para ofrecer sacrificios a su dios; servían de día y de noche en los templos del sol con gran cuidado.<sup>5</sup>

Os cronistas observaram também nos *acllaguaci* uma hierarquização entre seus membros, baseada na posição social das famílias, e nos atributos de beleza física e castidade. Uma definição de posição atrelada à de destino, já que as mais prestigiosas esposas do Sol estavam predestinadas ao papel de sacerdotisas castas do culto solar e outros cultos imperiais e à exigência perpetua da virgindade<sup>6</sup>. Aquelas, consideradas como a encarnação da perfeição física e moral, tinham seu destino definido como oferendas nos sacrifícios rituais de grande relevância para o Império, em prol de

celebrações ou pedidos de proteção à “salud o muerte, o guerras del Inga”<sup>7</sup>. Já as mulheres da hierarquia mais baixa da pirâmide organizacional, serviam as divindades menores. A estas era permitido o casamento, pois, segundo Murúa, por ordem do Inca, casavam-se com os filhos dos “grandes senhores” e “vassallos”. “Las demás, que no eran tan hermosas, ni tan nobles, podían sus padres casar con quien quisieren, pero con lincencia del Rey”<sup>8</sup>.

Essa hierarquia, pautada nos critérios de beleza, nobreza e castidade entre as *acllas*, está em consonância com a estabelecida entre os deuses. As “escolhidas” que serviam ao Sol – divindade suprema – eram investidas de características sagradas, detinham poderes e privilégios, sendo por isso, freqüentemente reverenciadas por toda a sociedade. Já aquelas associadas aos cultos de divindades menores do panteão, estavam sujeitas à destituição de seu caráter sagrado, podendo, por mandato do Inca, se tornar suas esposas ou de outros homens<sup>9</sup>. Tratam-se de uma estruturação e de direcionamentos prescritos para estas mulheres presididos por conceitos de gênero, posição social, idade, parentesco, origem familiar, beleza física, sexualidade e moralidade, instituidores das identidades prescritas para as *acllas* que as distinguiam das demais mulheres do Império. Antropóloga Silverblatt, supondo a existência de dois gêneros entre os incas, baseados numa diferença biológica entre homens e mulheres, fez a seguinte afirmação:

Al igual que otros pueblos andinos, los incas percibieron su universo social como si éste se hallara dividido en esferas vinculadas por el género; interpretaron el mundo que les rodeaba, y su experiencia del mismo, a través de los símbolos del género; y representaron las relaciones de parentesco como una sucesión paralela de hombres y mujeres. [...] Los incas estructuraron su universo a través de jerarquías paralelas del género, las que clasificaban a los dioses y las diosas y a las categorías de seres humanos, mediante el lenguaje de la descendencia.<sup>10</sup>

Com efeito, conforme se depreende das crônicas, as mulheres dos recolhimentos dedicados ao Sol estavam numa posição social acima de todas as outras do Império, sendo consideradas mais importantes que as dos recolhimentos do Inca, em virtude de sua identificação com a divindade solar que, por sua vez, esta numa escala superior ao Inca, ainda que este estivesse também investido do estatuto de sagrado. Neste panteão, o Sol é a divindade mais cultuada e com poderes sobre todos os mortais e acima dos poderes do Inca. Suas sacerdotisas, jovens trazidas das quatro províncias pertencentes ao Império, viviam em ricos palácios situados em várias regiões. Como as descreve Murúa: “eran castas y nadie tenía que ver con ninguna, ni el Inga, porque solamente estaban dedicadas para el sol; eran señoras de toda la tierra, tratábanse mejor que las del Inga”<sup>11</sup>. Esse poder era reconhecido por todos, pois “como cosa divina eran veneradas y temidas, dondequiera que las encontraban”<sup>12</sup>.

## 1.2 Mulheres como símbolos divinos do Império Inca

Nesse universo religioso, as *acllas*, também chamadas de *mamaconas*, – termo que na língua quéchua do Peru significa “señoras madres”, – podiam falar em nome dos deuses e interpretar suas predisposições. Além disso, juntamente com os sacerdotes, tinham a responsabilidade de defender a moralidade e a ordem normativa do Império<sup>13</sup>. Como oficiantes do ritual incaico, elas presidiam cerimônias nas quais os laços entre Cuzco e as províncias eram reforçados e acentuados<sup>14</sup>. Tal função pode ser melhor apreendida nas descrições da festa *Citua*, em que sacerdotes e guerreiros da dinastia incaica purificavam Cuzco ritualmente. Durante todo o mês em que se celebrava a *Citua*, as *mamaconas* distribuíaam pedaços de pão sagrado – pequenos bolos de farinha e milho, misturados em sangue de carneiros sacrificados –, aos representantes de cada província e aos sacerdotes<sup>15</sup>. Este ritual, descrito por Acosta como uma forma de “comunió diabólica”, simbolizava a “comunhão sagrada”, a renovação das alianças, a reiteração das tradições e a reiteração da indissociabilidade entre religião e Estado, entre imperador e súditos, entre o Império e seus Deuses<sup>16</sup>.

Nesse sentido, as *acllas*, como Filhas do Sol, representavam também símbolos divinos do Império conquistador ou do Inca. Enquanto sacerdotisas, participavam do conjunto de relações constitutivas da organização social do Império, em sua dimensão simbólica e funcional. Dessa forma, a instituição das *acllas* era intrínseca e imprescindível à estruturação, funcionamento e manutenção da ordem imperial.

A construção dos recolhimentos femininos dedicados ao Sol marcavam, simbólica e materialmente, a subjugação e anexação de um novo território ao Tawantinsuyo. Significativamente, quando um grupo se rebelava contra o domínio incaico, depois de rechaçado e reconduzido à sua posição de território anexado ao Império, uma das primeiras provas de submissão exigidas pelos incas, era a de que os vencidos entregassem algumas de suas mulheres à elite cusquenha, como “esposas do Sol”<sup>17</sup> para viverem nas *acllaguaci*.

Esta forma de “casamento”, usada como castigo aos rebeldes e como demonstração do poder cusquenho, por certo, não tinha a conotação e a aceitação dos casamentos tratados em condições cotidianas, pois revelam duas formas de dominação: a do Império sobre as províncias rebeldes e a dos homens sobre as mulheres. Como assinalou Silverblatt, quando um representante masculino da elite incaica “distribuía mulheres em matrimônios” se afirmava ritualmente o poder e o controle presumido de que o Inca podia exercer sobre as comunidades e as mulheres. Acosta explicitou tal condição ao afirmar que a nenhum pai era permitido negar suas filhas quando “el appopanaca se las pedía, para encerrallas en los dichos monasterios, y aun muchos ofrecían sus hijas de su voluntad, pareciéndoles que ganaban gran mérito en que fuesen sacrificadas por el Inga”<sup>18</sup>.

Essa prática parece responder pela manutenção do poder imperial, sobre toda a população, particularmente sobre seu segmento feminino. Ela é reveladora das relações de poder que presidiam as relações entre os sexos no Império, e não apenas entre o Inca e seus súditos. As mulheres, especialmente as da nobreza, como relatado nas crônicas, não são donas de si, mas seres que se tornam objetos de troca, que vivem para servir aos deuses ou aos interesses políticos. Como observou Silverblatt: “Fieles a la ideología de la conquista, los incas entrelazaron la jerárquica del género y la formación de clases cuando consolidaban el dominio imperial”<sup>19</sup>. Nessa perspectiva, as representações das *acllas*, ao lado das representações do poder do Inca, expressam as relações de poder e a construção de hierarquias entre os sexos/gênero.

### 1.3 Monjas, vestais e concubinas

Ao classificar e nomear as *acllas*, os cronistas acabam por veicular imagens de mulheres sagradas e profanas, ancoradas num universo já conhecido pelos europeus, o das mulheres e suas relações com o sagrado. Assim, elas foram vistas, ao mesmo tempo, como monjas cristãs, vestais romanas ou como concubinas de um sultão. Trata-se de uma construção em que se percebe o jogo das analogias na elaboração de um saber sobre os incas, que mediante comparações, busca revelar faces opostas de uma mesma moeda, um tipo de classificação onde a dessemelhança é tida como obra do Demônio.

Acosta, por exemplo, dedicou um capítulo às *acllas* – intitulado *monasterios de doncellas que inventó el demonio para su servicio*<sup>20</sup> – enxergando sua instituição religiosa como um “semelhante engano” com os conventos femininos cristãos<sup>21</sup>. Esse discurso que busca as semelhanças das *acllas* com as monjas cristãs, inscreve-se no projeto normatizador do Estado e da Igreja em relação ao papel e à função da mulher na sociedade colonial. Ao acentuar as similitudes, o cronista sinaliza para as possibilidades de ordenamento do mundo inca segundo o modelo cristão, pois vê naquelas uma predisposição do gentio para aceitação da condição feminina circunscrita aos estados de matrimônio ou de religião. Nesse sentido, os espanhóis não encontrariam muitas dificuldades para a implantação da prática cristã de enclausuramento, viabilizada nos conventos femininos, que atuariam como um dos dispositivos de controle das

mulheres na sociedade colonial, com objetivos devocionistas, punitivos, caritativos e educacionais e com a finalidade comum de preservação da honra familiar<sup>22</sup>.

Na Europa, bem como na sociedade colonial hispânica, todas as instituições dominadas pelos homens – a Igreja, o Estado e a família – estavam empenhados em preservar, punir e recuperar a honra feminina que, no imaginário da época, configurava-se como algo explicitamente vinculado à sexualidade da mulher, isto é, à conservação de sua virgindade<sup>23</sup>. Para aquelas mulheres que não se casavam, buscou-se uma forma alternativa de estado civil que, aparentemente, não ameaçava a ordem moral e social constituída: a clausura. Não por acaso se prescrevia no século XVI a criação de recolhimentos femininos cristãos em toda a América espanhola com a finalidade de “educar e proteger” as meninas e moças mestiças, *criollas* e espanholas<sup>24</sup>. Nesse espaço, como bem observou Muniz, “seria possível evitar os perigos da desonra, isto é, da sexualidade, uma vez que, além do matrimônio, apenas o estado de religião possibilitava à mulher não incorrer nos pecados da carne”<sup>25</sup>.

Com isso, não surpreende a visão de Acosta, presidida por esta perspectiva, em uma de suas observações em relação às mulheres incas e à prescrição cristã de conservação da virgindade até o casamento:

hay outro error pésimo que mana grandes abusos ...[que] está tan arraigada en el corazón de los bárbaros... La virgindad, que entre todos los hombres es mirada con estima y honor, la desprecian estos bárbaros como vil y afrentosa. Excepto las vírgenes consagradas al Sol o al Inga... todas las demás mientras son vírgenes se consideran despreciadas, y así, en cuanto pueden, se entregan al primero que encuentran.<sup>26</sup>

A inexistência de convenções acerca da “honra feminina” associada à virgindade, causa estranheza e temores, constituindo um dos critérios utilizados pelos cronistas para classificar os incas como “bárbaros”, contrários ao estado de “civilização” cristã, no qual a conservação da virgindade feminina até o casamento e a utilização da sexualidade durante a vida conjugal com a finalidade única de reprodução é condição básica para evitar os pecados.

Veicular, via crônicas, o costume inca de valorização da virgindade das *acllas*, é investir na possibilidade de que esse acabe por se constituir no modelo de conduta sexual das mulheres incas, em seu conjunto, independente de seu papel na sociedade. E isto porque, ao contrário das outras mulheres que serviam ao Inca, exigia-se das *acllas* total castidade, critério e condição para serem escolhidas como “esposas do Sol”<sup>27</sup>.

Na visão dos cronistas as *acllas*, se diferem das “monjas cristãs”, porque estavam à disposição do Inca que podia “escoger todas las que quisiese”, para oferecê-las como esposas a outros homens, enquanto que as monjas tinham somente a função de servir a Deus. Não surpreende, portanto, que alguns cronistas tenham visto as *acllas*, como concubinas do harém de um sultão, pois se convertiam eventualmente em mulheres do Inca ou em esposas de outros homens a quem o Inca lhes oferecia. Segundo Sarmiento de Gamboa, cronista funcionário da Coroa, com elas os Incas tinham “desenfreadas relações sexuais”, pois nas casas do Sol todas “entraban doncellas, y pocas quedaban que parían del inga. A lo menos era tan vicioso en esto, que se dice que con todas las que le daba gusto tenía acceso, y por esto tuvo tantos hijos como dél se dice.”<sup>28</sup> As relações dos Incas com as *acllas* tornam-se assim objeto de descrição e esquadramento pelos cronistas, pois, já que não correspondem à moral cristã e constituem uma ameaça aos valores cristãos, devem ser reconhecidas para serem controladas, dominadas e, preferencialmente, banidas.

Dentre as analogias o traço comum dessas monjas e *acllas* é o de seres que vivem enclausuradas e não têm existência própria, vivem para servir a Deus, aos deuses ou aos homens. Ambas viviam reclusas e virgens nos recolhimentos, contudo, às monjas caberiam apenas o mundo sagrado ou espiritual, enquanto que parte das *acllas*, a qualquer momento, podiam concorrer para o mundo profano, ao estado de matrimônio com os homens.

Não se pode ignorar, todavia, que apesar desses traços comuns às referências dos recolhimentos, são múltiplos os sentidos que carregam as representações elaboradas pelos espanhóis sobre as *acllas* e suas práticas, onde nenhuma

delas parece isenta dos interesses de conquista e subordinação dos incas aos espanhóis. Ao mesmo tempo em que se constituem símbolos dos poderes divino/idólatra e imperial/tirânico incaico, também podem ser vistas como formas próprias de as mulheres, enquanto *acllas*, exercerem poderes, sobretudo religiosos, na medida em que pareciam estar investidas de atributos sagrados, honrados, devotos, pródigos e protetores entre seu povo.

Se o recurso à inversão permitia dar conta de fatos concretos análogos à realidade européia, mas opostos a ela devido à ação do Diabo, é também no enfoque a esta dessemelhança que reside o trabalho do cronista. Por meio dela, informa-se que entre as *acllas* e as “monjas” a distinção se instala também na referência ao deus cultuado: as *acllas*, diferente das monjas, prestam devoção aos deuses de seu universo religioso que, na perspectiva cristã, são os próprios demônios, forças maléficas e opostas à fé cristã. Nessa perspectiva, a descrição que delas fizeram Acosta e Murúa foi calcada também no conhecido modelo das virgens vestais romanas, – as sacerdotisas pagãs da deusa Vesta, – obrigadas igualmente à conservação da virgindade e à manutenção do fogo sagrado e dos símbolos dos deuses do lar.

As imagens das *acllas*, ancoradas nas imagens das virgens vestais, carregam as marcas de um antigo culto pagão feminino que, aos olhos cristãos, era identificado como uma ameaça à expansão do cristianismo e contenção do paganismo. Entretanto, devemos atentar também para o fato de que as virgens vestais, por pertencerem à uma categoria de povos classificados como “bárbaros”, emprestam o mesmo sentido às sacerdotisas incas, bem como ao seu povo. Murúa, ao identificar as *acllas* com as virgens vestais, imprime, ao mesmo tempo, também tal marca aos incas, sob argumento retórico de que: “si miráremos a estas mujeres y a las vírgenes y vestales de los Romanos, que aunque Roma se tenía por república política, y a éstos nosotros los teníamos por bárbaros, en este punto a los igualaron, y por mejor decir les pasaron con mil quilates.”<sup>29</sup>

A noção de “bárbaro” ao lado da de “civilização” exerceu forte significado entre as idéias e pressupostos da colonização espanhola no século XVI, com a função de dar expressão à uma ação expansionista dos grupos colonizadores e evangelizadores ligados à Igreja e ao Estado. Este discurso expressa, sobretudo, a consciência que os espanhóis cristãos tinham de si mesmos, ou melhor, a maneira como eles, enquanto grupo, queriam ser vistos e julgados. As auto-imagens dos espanhóis como “civilizados”, “superiores” e “predestinados”, veiculadas à época da conquista, intentam impor um padrão identitário de cultura e de etnia que, no caso das regiões colonizadas, respondem pelo estabelecimento de diferenciações e desigualdades entre conquistados e conquistadores. Dentre estes, particularmente os incas, são objeto de um processo de assujeitamento aos regimes de verdade do colonizador espanhol, aos desígnios (dever ser) da civilização cristã, católica e ocidental, destituídos de parcela significativa de seus saberes e de sua história, já que incluídos enquanto história, na história da colonização espanhola, feita pelos considerados vencedores.

## NOTAS

---

\* Susane Rodrigues de Oliveira é doutoranda em História na Universidade de Brasília na Linha de Pesquisa “Epistemologia Feminista e História das Mulheres”. Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado “Diferentes e desiguais: os incas e suas práticas religiosas sob o olhar dos cronistas espanhóis do século XVI”, defendida em 08/2001 no Programa de Pós-Graduação em História da UnB, sob a orientação da prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva do Couto Gontijo Muniz. E-mail: susane@unb.br

<sup>1</sup> Tawantinsuyo era nome dado pelos incas aos seus domínios, significava o “império dos quatro quadrantes” ou “império dos quatro cantos”.

<sup>2</sup> MURÚA, Martín de [1590]. *Historia del origen y genealogía real de los Reyes Incas del Perú*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Santo Toribio de Mogrovejo, 1946, p. 246.

<sup>3</sup> ACOSTA, Jose de [1590]. *História natura y moral de las Indias*. 2ª ed., México: Fondo de Cultura Económica, 1962, p. 240.

<sup>4</sup> SILVERBLATT, Irene. *Luna, Sol y Brujas – Género y clases en los Andes prehispánicos y coloniales*. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, 1990, p. 75.

<sup>5</sup> MURÚA, Martín de. *Op. cit.*, p. 418.

<sup>6</sup> ACOSTA, José de. *Op. cit.*, p. 240.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*, p. 240.

<sup>8</sup> MURÚA, Martín de. *Op. cit.*, pp. 418-419.

<sup>9</sup> Parte das *acllas*, como escreveu Acosta, “... se disputavam ... también para mujeres o mancebas del Inga y de otros parientes o capitanes suyos, a quien él las daba, y era hacelles gran merced.” (ACOSTA, José de. *Op. cit.*, pp. 240-241.).

<sup>10</sup> SILVERBLATT, Irene. *Op. cit.*, pp. 30-31.

<sup>11</sup> MURÚA, Martín de. *Op. cit.*, p. 395.

<sup>12</sup> *Idem*.

<sup>13</sup> SILVERBLATT, Irene. *Op. cit.*, p. 76.

<sup>14</sup> *Idem*.

<sup>15</sup> ACOSTA, José de. *Op. cit.*, p. 256.

<sup>16</sup> *Idem, ibidem*, p. 256.

<sup>17</sup> MURÚA, Martín de. *Op. cit.*, p. 191.

<sup>18</sup> ACOSTA, José de. *Op. cit.*, p. 241.

<sup>19</sup> SILVERBLATT, Irene. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>20</sup> ACOSTA, José de. *Op. cit.*, p. 240.

<sup>21</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>22</sup> Cf. ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil (1750/1822)*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, pp. 131/263.

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, p. 112.

<sup>24</sup> MURIEL, Josefina. *Las mujeres de Hispanoamérica: Época colonial*. Madri: Mapfre, 1992, p. 241.

<sup>25</sup> MUNIZ, Diva do C. Gontijo. “Conventos e recolhimentos femininos coloniais: espaços de transgressão e disciplinarização” in: MENEZES, Albene Mirina F. (org.). *História em movimento (temas e perguntas)*. Brasília: Thesaurus, 1997, p. 34.

<sup>26</sup> ACOSTA, José de. *Op. cit.*, p. 603.

<sup>27</sup> MURÚA, Martín de. *Op. cit.*, p. 419.

<sup>28</sup> SARMIENTO DE GAMBOA, Pedro. *Historia de los Incas*. 3ª ed., Buenos Aires: Emecé editores, 1947, p. 178.

<sup>29</sup> MURÚA, Martín de. *Op. cit.*, p. 419.